



# HISTÓRIA ANTIGA E AS CAMADAS POPULARES: REPENSANDO O IMPÉRIO ROMANO

RENATA SENNA GARRAFFONI

*Universidade Federal do Paraná*

resenna93@hotmail.com

## **Resumo**

O objectivo central desse artigo consiste numa revisão teórico-metodológica sobre as camadas populares do mundo romano, buscando salientar como essas vêm sendo analisadas na historiografia clássica. Destaca-se a importância do diálogo entre arqueologia e história para produção de interpretações mais plurais acerca do quotidiano dos populares romanos.

**Palavras-chave:** História Antiga; Império Romano; cultura material.

## **Abstract**

The aim of this paper is to discuss theoretical and methodological issues to study the Roman common people in the early Principate. I will focus on the relevance of an interdisciplinary approach and argue that Classical Archaeology is important to construct more pluralist models to understand the common people daily lives.

**Keywords:** Ancient History; Roman Empire; material culture.

## Introdução

A Antiguidade Clássica aparece, muitas vezes, como um período distante no tempo e no espaço deslocado de nosso cotidiano e vinculado a um imaginário misterioso e exótico. No que diz respeito ao mundo romano, em especial o período imperial que tratarei nesta reflexão, esta distância parece bastante marcada, pois a presença romana é constantemente vinculada ao exagero, aos prazeres sensíveis, às festas ou aos infindáveis banquetes regados a vinho.

Esta percepção, tão difundida pelos meios de comunicação de massas, é-nos muitas vezes apresentada como um retrato fiel da realidade de um Império supostamente marcado pela corrupção da elite e os maus hábitos das camadas populares. Embora impactante e muito conhecida, esta ideia mais do que a «verdade» sobre Roma pode ser entendida como uma visão do que foi este Império. Pensar a partir deste ponto de vista implica aceitar que, em diferentes épocas da História, Roma foi revisitada e interpretada a partir dos interesses do presente. Assim, se após a Segunda Guerra Mundial Roma foi entendida como símbolo de exagero e decadência<sup>(1)</sup>, durante o século XIX, no auge do colonialismo europeu, Roma era considerada símbolo de poder, de domínio sob os mais fracos e fonte de civilização<sup>(2)</sup> e no século XVIII como a República que liberta, inspirando, inclusive, a escrita da Constituição norte-americana.

As divergências entre as imagens sobre Roma é um tema que tem despertado o interesse de muitos estudiosos, pois não se restringe à época moderna, afinal o Renascimento italiano<sup>(3)</sup> e o medievo também produziram suas interpretações do passado romano. Cada uma dessas sociedades construiu, a seu modo, maneiras de entender a expansão e o fim de um dos maiores impérios da Antiguidade, procurou identificar-se ou afastar-se de seus líderes militares e políticos, de sua produção artística, de seus hábitos quotidianos. Esta ânsia de retomar as experiências romanas e torná-las inteligíveis aos novos contextos históricos indica como as distintas sociedades lidaram com o passado antigo, tornando-o sempre actual, multiplicando suas percepções tanto no campo da escrita da história, da filosofia como nas artes.

Neste sentido, a possibilidade de discutir as múltiplas formas da presença da Antiguidade em campos específicos do saber é uma tarefa instigante. A partir do século XIX, com a definição dos campos de saber dentro das academias, em especial no campo das ciências humanas, foi crucial para as novas formas de lidar com o passado

romano. A filologia e as letras clássicas sistematizaram o estudo do latim e da produção textual dos romanos, a arqueologia escavou e classificou a cultura material nas antigas cidades conquistadas pelo Império, a filosofia passou a discutir as correntes de pensamento e a história definiu os momentos mais relevantes desde a fundação da cidade até a queda do Império. A partir de um ponto de vista pautado na objectividade e neutralidade dos acontecimentos, cada uma das áreas das ciências humanas criou métodos e técnicas específicos para lidar com o universo romano e ajudou a alimentar o imaginário das pessoas a partir da difusão de conhecimentos por meio de livros didáticos, da tradução e publicação dos textos antigos, dos museus, dos jornais e, ao longo dos séculos XX e XXI, do cinema e do mundo virtual.

Dentro deste contexto, optei por fazer uma reflexão sobre um tema específico: as percepções das camadas populares romanas do período imperial na historiografia clássica. Embora seja uma escolha pontual, acredito que nos pode proporcionar elementos para pensar como o contexto histórico do estudioso influencia sua percepção do mundo antigo e, além disso, explorar a potencialidade do estudo das camadas populares para novas leituras sobre o quotidiano romano.

### «Repensando a História»

No final da década de 1990, Keith Jenkins publicou um livro intitulado *Re-thinking History*<sup>(4)</sup> no qual chamava a atenção para os desdobramentos das críticas epistemológicas à escrita da História elaboradas por Michel Foucault<sup>(5)</sup>. De certa maneira, esta obra é uma tentativa de pontuar as discussões, de rever o papel do historiador e sua relação com o passado, enfim, uma tentativa de sintetizar os desconcertos causados pelas reflexões de Foucault e a busca por caminhos mais plurais para evitar que os relatos sobre o passado se fechassem em si mesmo, privilegiando os acontecimentos circunscritos a uma única camada da população.

Considerando que o historiador produz discursos sobre o passado, Jenkins apresenta uma crítica à ideia de uma História total, enfatizando que o conhecimento do passado é construído a partir de fragmentos escolhidos pelo historiador e re-significados a partir do presente daquele que escreve. Assim, os pressupostos tão fortemente arraigados na historiografia como a neutralidade, a objectividade, a busca pelo real, pela essência de sujeitos universais e o ordenamento dos

acontecimentos a partir da noção de classes sociais e seus conflitos sócio-económicos são revistos e criticados<sup>(6)</sup>, abrindo um espaço para repensar as categorias de análise do passado e as metodologias empregadas para sua interpretação. Enfatizando a presença da subjectividade nas escolhas do historiador, Jenkins aponta como a escrita da História é permeada por relações de poder, construída a partir de interesses marcados, sejam eles identitários, étnicos ou ideológicos. Ou como apontou Munslow (2000: 189), numa publicação posterior, esta atitude ajuda a delinear uma postura teórica preocupada com o constante «(...) repensar de como construímos o passado como História».

Passado quase dez anos da publicação deste livro é possível notar o amadurecimento destas discussões no trabalho do historiador. De certa forma, desde as críticas de Foucault nos anos de 1960, o campo de trabalho do historiador abriu-se e desdobrou-se, pluralizando os sujeitos históricos e libertando-os das velhas hierarquias que tanto os aprisionaram. As discussões sobre sexualidade e género, por exemplo, multiplicaram-se, a desconstrução do conceito de raça possibilitou novas abordagens sobre as relações entre os povos, a abertura da história e o diálogo com outras disciplinas propiciaram o estudo de novos temas, bem como proporcionaram outras formas de interpretar as relações entre homens e mulheres das mais diferentes etnias e condições sociais. Estas revisões teóricas e metodológicas, que foram construídas nos diferentes períodos estudados, têm permitido, portanto, a construção de um contexto mais amplo e democrático, no qual historiadores têm procurado produzir interpretações mais dinâmicas sobre o passado para sensibilizar homens e mulheres de que os elementos de nosso presente são fundamentais no processo de selecção e escrita da memória.

É a partir desta perspectiva que venho realizando minhas pesquisas. Desde o mestrado busquei reflectir sobre qual o tipo de relação com o passado romano que construiria. Influenciada pelo quotidiano brasileiro, profundamente marcado pelas desigualdades sociais e pela violência, temas como a marginalidade, transgressão social, combates de gladiadores chamaram a minha atenção, assim como o discreto papel que as camadas populares desempenhavam na historiografia clássica. Com o desenvolvimento dos trabalhos, aos poucos, procurei constituir um diálogo com esta historiografia buscando, sempre, caminhos alternativos que evitassem conceitos aprisionadores e permitissem expressar a pluralidade destes sujeitos, muitas vezes silenciados ou «esquecidos» pelos modelos normativos de cultura. É sobre algumas particularidades deste estudo que gostaria de reflectir a seguir.



## As camadas populares romanas: algumas considerações

Jean-Claude Schmitt, num ensaio intitulado *A História dos Marginais*, escrito para a colectânea organizada por Jaques Le Goff no final da década de 1970, afirma que a ideia de se estudar marginais já estava presente entre os intelectuais do final do século XIX e início do XX e se constituiu a partir de estudos literários<sup>(7)</sup>. De facto, se observarmos a historiografia clássica do período, em especial os escritos de estudiosos de renome como Mommsen e Friedländer, as camadas populares e os marginalizados aparecem em seus escritos<sup>(8)</sup>.

Focando em especial em textos satíricos escritos por membros da elite, e utilizando-os como um espelho da realidade romana, estes estudiosos construíram uma interpretação das camadas populares que marcou a historiografia: a ideia de que os pobres viviam à custa do Estado, isto é, de «Pão e Circo». Mommsen, por exemplo, num item da sua obra *O Mundo dos Césares*, no qual se dedica a analisar os ricos e pobres, apresenta estes últimos como eternos frequentadores de tabernas, lupanares, arenas e teatros.

Friedländer também produz uma visão das camadas populares, nem sempre amistosa. O constante uso de termos como «massa» e «turba» para se referir aos populares, aliado a adjetivos como «grosseira», «brutal», «corrompida», além de tornar estas pessoas um amontoado homogéneo, produz uma imagem negativa em que milhares de indivíduos eram vistos como um todo único ocioso que preferia o circo ao trabalho. Neste contexto, a maneira como o autor interpreta os textos satíricos, como os de Juvenal, produz uma poderosa imagem em que o Estado, devido à ociosidade da população deveria encarregar-se de garantir o seu sustento, distribuindo alimentos e organizando mais espectáculos, para evitar tumultos causados por uma grande quantidade de pessoas sem actividades o dia todo.

Friedländer e Mommsen, ao interpretar os textos romanos, produziram uma imagem que carregava sua experiência histórica, ou seja, num contexto de desenvolvimento capitalista em que se valoriza ao máximo o trabalho, o ócio apresenta-se como uma potencial ameaça à ordem estabelecida. A própria maneira como os pesquisadores alemães elaboram seus textos é uma expressão desta ideia, pois comparam os marginalizados romanos com os modernos e consideram os primeiros mais perigosos por constituírem uma maior quantidade de pessoas ociosas. Assim, embora empreguem palavra latina *otium* nos seus estudos, o seu significado é outro, uma vez que indica mais uma preocupação moderna com o desemprego e as

revoltas que acometiam as cidades deste momento que o conceito romano em si.

Sob este ponto de vista é possível afirmar que Mommsen e Friedländer, assim como muitos de seus companheiros do século XIX, analisam as sátiras romanas a partir de sua óptica burguesa e sua vivência cotidiana, generalizando, portanto, uma imagem risível para os antigos e convertendo-a em uma categoria analítica que, aos poucos, se foi cristalizando na historiografia como um conceito.

Esta ideia de plebe ociosa, semeada em finais do século XIX, fortalece-se ao longo do século XX. Entre as várias obras de historiadores de renome, exemplos desta tendência não faltam. J. Carcopino, Grimal, Manciola, Robert, Potter & Manttingly<sup>(9)</sup>, entre muitos outros classicistas, basearam-se nessas ideias e reproduziram a imagem da população pobre como desocupada, que se aglomerava em anfiteatros construindo um quadro desfavorável: sujidade, roubos, falta de higiene e segurança em suas moradias e promiscuidade passam a delinear o cotidiano de boa parte dos romanos nos idos do Império.

Embora essa interpretação tenha permanecido quase inalterada entre os estudiosos mais tradicionais, as mudanças sociais ocorridas no pós-guerra, em especial nos anos de 1960, provocaram um deslocamento na visão de uma parcela de classicistas. Assim, a descoloniização da África, as manifestações do movimento feminista, dos homossexuais, as lutas do movimento negro contra o racismo, culminaram em mudanças na escrita da história. Schmitt (2001) afirma que este momento específico atravessou a historiografia e ficou marcado como «tomada de consciência» ou de «tomada de palavra», pois expressa a denúncia das diversas formas de exploração e silenciamentos a que grupos sociais foram submetidos em nome da manutenção de uma ordem social.

Neste sentido, os anos de 1960 representaram um marco importante na historiografia e seus ecos foram sentidos entre os classicistas. É neste momento que estudos sobre a escravatura ganham forças<sup>(10)</sup>, assim como se constitui um longo debate se haveria classe ou estamento no mundo romano<sup>(11)</sup>. Além disso, influência marxista, a busca por «uma história vista de baixo» trouxe a cena os conflitos sociais renovando os estudos sobre economia e a sociedade romana, tornando os membros das camadas populares sujeitos de sua história. Assim, escravos, libertos, cidadão pobres, gladiadores, bandidos, prostitutas, velhos, crianças passaram a constituir parte das interpretações, não como massa manipulada, mas como sujeitos capazes de

expressar suas vontades, explicitando os conflitos que eram silenciados em modelos interpretativos mais tradicionais.

Embora esteja apresentando aqui estas questões de maneira muito resumida, optei por fazê-lo para destacar como os contextos históricos dos estudiosos, bem como sua postura política, influenciam na interpretação do universo romano. A partir deste ponto de vista, é importante ressaltar que o marxismo ajudou a romper com a visão elitista do mundo romano, construído até então e, mais adiante, a partir dos anos 1990, os estudos de gêneros trouxeram a possibilidade de se pensar as relações entre homens e mulheres e os papéis sociais destes romanos de origem pobre nos mais diferentes âmbitos, sejam eles políticos, culturais ou sexuais. Na busca por abordagens alternativas do mundo romano, estudiosos fizeram novas leituras dos textos, comentando seus aspectos formais e literários, que antes eram desconsiderados e, também, procuraram enfatizar a importância do uso de fontes menos tradicionais, como a cultura material.

Tal atitude multiplicou as percepções das camadas populares romanas, explorando sua singularidade, pois a possibilidade de pensá-las a partir de seus próprios registros, em especial os vestígios arqueológicos encontrados, propiciou não só outros olhares sobre seu cotidiano, suas angústias e paixões, como também uma revisão da relação entre arqueologia e história antiga. Este novo debate, que se instaurou entre os estudiosos desde os anos 1990, tem ajudado a multiplicar as percepções das camadas populares, bem como dos elementos que constituem as particularidades do seu *ethos*.

### **Arqueologia e história: a importância do diálogo**

Considerando as revisões que o campo de trabalho do historiador vem sofrendo, em especial as críticas a noção de meta-narrativa, da imparcialidade e universalidade sintetizadas no livro já mencionado de Jenkins, é quase impossível deixar de mencionar as mudanças na escrita da história. Actualmente, mais do que produzir uma interpretação homogênea, os estudiosos têm buscado por modelos que enfatizem a fluidez das relações humanas, as distintas possibilidades de acção e que problematizem os conceitos. As críticas mencionadas aqui têm promovido outras concepções do que vem a ser a historiografia, bem como os limites desta disciplina. Neste sentido, a descentralização dos modelos interpretativos tem produzido uma maior diver-



sidade de sujeitos a serem estudados, bem como uma reestruturação dos métodos empregados para o entendimento do passado.

No que tange o estudo do passado romano, o objecto específico desta discussão, a crítica aos conceitos empregados e a incredulidade na meta-narrativa também tem reorganizado a disciplina. Muito embora a grande maioria dos estudiosos do mundo romano seja reticente a estas transformações, vários classicistas, em especial do mundo anglo-saxónico, têm pensado em como o estudo do passado produz diferentes sentidos dentro do contexto chamado pós-moderno. Reflectir sobre a metodologia que se emprega, pontuar críticas aos conceitos, estar consciente da posição que assume ao estudar o universo romano são atitudes que proporcionaram novas abordagens e, entre elas, gostaria de destacar o diálogo mais aprofundado entre história e arqueologia clássica.

Ainda no final dos anos de 1990, o estudioso norte-americano Glenn Storey<sup>(12)</sup>, após fazer um levantamento de como a relação entre cultura material e documento escrito tem sido pensada entre os estudiosos a cerca das questões romanas, constata que é predominante a ideia de subordinação da primeira à segunda. Ou seja, há muitos historiadores e arqueólogos clássicos que utilizam artefactos para comprovar uma suposta veracidade dos textos escritos.

A principal crítica que Storey estabelece neste artigo é à tradição de se pensar a arqueologia como serva da história. Esta postura, segundo o autor, ainda está muito arraigada nas interpretações dos classicistas e provocaria uma redução das possibilidades dos artefactos como documentos, diminuindo sua capacidade de fornecer elementos para interpretar diferentes aspectos das relações entre os Romanos. Neste sentido, retoma alguns pressupostos dos *Annales*, em especial a interdisciplinaridade, para organizar os seus argumentos e defender a arqueologia como uma disciplina autónoma<sup>(13)</sup>.

Pensar a arqueologia como disciplina autónoma e, conseqüentemente, com teoria e métodos próprios, tem trazido novos ares à disciplina e vem redefinindo o trabalho de campo dos arqueólogos, bem como o diálogo com a história e a antropologia. No entanto, esta relação nem sempre é tão harmónica. Courtney<sup>(14)</sup>, num artigo recente, afirma que, devido aos treinos distintos que as disciplinas exigem, em muitos casos, há um acirrar do debate, provocando mais distanciamentos do que aproximações. Neste sentido, o seu artigo, assim como a produção recente de muitos estudiosos britânicos, tem insistido na necessidade de construção de pontes entre as disciplinas, para uma maior fluidez do conhecimento.

Ray Laurence<sup>(15)</sup> também defende a ideia de construção de pontes, em especial, quando se respeitam os limites de cada disciplina. Este estudioso destaca a importância de se explorar as diferenças entre documentos, pois é na diversidade de informações fornecida por cada categoria de fontes que reside a possibilidade de se questionar as narrativas tradicionais. Perceber as distintas formas de representação implícitas em cada uma delas seria fundamental para produção de novos problemas. Assim, a partir da relação dos textos antigos e da cultura material seria possível construir novos conceitos para interpretar o cotidiano romano, bem como suas percepções de lugares como casas, edifícios públicos ou paisagens.

Se considerarmos que a arqueologia permite o estudo de caso redefinindo a situação do local em que foi encontrada, como já afirmou Dommelen<sup>(16)</sup>, a cultura material torna-se uma importante evidência para ser pluralizar o conhecimento do passado, pois vai além das percepções escritas produzidas pela elite romana. Funari discute, em diversos estudos<sup>(17)</sup>, a potencialidade da cultura material para pensarmos o cotidiano daqueles que, por muito tempo, foram rotulados de «povo» ou marginalizados pela historiografia dominante. Assim, os artefactos como a cerâmica (ânforas, lamparinas, copos, pratos, vasos, entre outros) bem como a epigrafia (as inscrições de paredes ou lápides funerárias, por exemplo), as pinturas de parede e os mosaicos são fontes que podem proporcionar caminhos alternativos para o estudo das percepções de camadas menos privilegiadas da população. E, além disso, possibilitam uma reflexão sobre como esses romanos percebiam o espaço das cidades, seus padrões de estética e beleza, sua relação com a alimentação, com a religiosidade, os espectáculos públicos, enfim, com o ambiente urbano e suas especificidades.

Num trabalho no qual a arqueologia não cumpre o papel de confirmar os textos, as hipóteses de desdobrar as questões são maiores, abrindo caminhos para se construir o diálogo almejado por tantos estudiosos. A construção das pontes, por mais que seja um trabalho árduo, abre, por um lado, espaço para novas abordagens, expandindo as noções sobre a sociedade romana como um todo e das camadas populares em específico e, por outro, propicia uma análise sistemática dos métodos de cada disciplina, explicitando as relações de poder inerentes a elas. Neste sentido, as incertezas provocadas pelo chamado pós-modernismo estimulam a reflexão sobre como entendemos o passado antigo e a maneira como o resignificamos no nosso presente.

## Considerações finais

A ideia de apresentar uma discussão sobre como as camadas populares romanas foram interpretadas, mesmo que de maneira sucinta, partiu da necessidade de reflectir sobre como os estudiosos construíram modelos explicativos nem sempre favoráveis a esta parcela da população. Se num primeiro momento estabeleceram uma relação objectiva e neutra, narrando os factos bélicos vinculados aos feitos da elite e relegando às camadas populares um papel secundário, hoje está cada vez mais explícita a necessidade de rever esta postura. Levando em consideração as críticas epistemológicas que o campo da história foi submetido, actualmente há o desenvolvimento da noção de que o historiador actua, ou seja, privilegia determinados aspectos do passado, de acordo com o contexto presente em que vive, iluminando ou apagando sujeitos históricos.

Ter isso em mente significa aceitar que o conhecimento é produzido em ambientes académicos permeados por relações de poderes e construído a partir de escolhas que podem tanto silenciar sujeitos como libertá-los de interpretações estáticas. De certa maneira, esta perspectiva provoca reflexões sobre a necessidade de repensar os conceitos empregados e as interpretações produzidas, bem como os limites da disciplina histórica, permitindo um diálogo com outros campos do saber. No caso específico do problema aqui levantado, o estudo das camadas populares romanas, o diálogo com a Arqueologia tem um significado especial, pois possibilita o acesso a vestígios de homens e mulheres anónimos que circularam pelo Império.

As críticas de Horsfall<sup>(18)</sup>, a noção de camada popular como massa manipulada e sua insistência na busca por outras maneiras de entendê-la como relações sociais criativas e únicas, também inspiraram esta reflexão. Talvez esta prática teórico-metodológica, pautada no diálogo entre história e arqueologia, possa ser uma alternativa para a ideia das massas amantes de pão, circo, sexo e violência, tão criticada por Horsfall. O gosto pelos banquetes e espectáculos públicos, por mais que nos pareça estranho e distante, não pode se cristalizar em preconceitos que reduzam ou menosprezem a capacidade de acção e as visões de mundo desses indivíduos.

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Pedro Paulo Abreu Funari e Hector Bernoit pelo convite para participar do IX Colóquio Internacional do

CPA *A Antiguidade como Presença*, no qual a primeira versão do texto foi lida. Além disso, devo mencionar meus agradecimentos aos seguintes colegas por estes anos de diálogo: Marina Régis Cavicchioli, Lourdes Conde Feitosa, Richard Hingley, Ray Laurence, Nuno Simões Rodrigues e Glaydson José da Silva. Institucionalmente, agradeço o apoio da Universidade Federal do Paraná, onde sou docente actualmente. A responsabilidade das ideias recai apenas sobre a autora.

## Notas

(1) LIND, M., «A Segunda Queda de Roma», in: *Caderno Mais! – Folha de São Paulo*, S. P., 2000: 4-11.

(2) Sobre esta questão, veja-se: HINGLEY, R. (org.) *Images of Rome: Perceptions of Ancient Rome in Europe and the United States in the Modern Age*, Journal of Roman Archaeology Supplementary Series 44, 2001; HINGLEY, R., «The 'legacy' of Rome: the rise, decline and fall of the theory of Romanization», in: J. Webster, et N. Cooper, (orgs.) *Roman Imperialism: post-colonial perspectives*, Leicester, 1996: 35-48; HINGLEY, R., *Roman Officers and English Gentlemen – The imperial origins of Roman Archaeology*, Londres: Routledge, 2000; HINGLEY, R., «Imagens de Roma: uma perspectiva inglesa» (tradução de Renata Senna Garraffoni e revisão de Pedro Paulo A. Funari) in: *Repensando o mundo antigo – Jean-Pierre Vernant e Richard Hingley* (Funari, P.P.A. – org), Textos Didáticos n.º 47, IFCH/UNICAMP, 2002; HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture - Unity, diversity and Empire*, Londres & Nova Iorque: Routledge, 2005.

(3) Sobre esta questão, cf., por exemplo, BURNS, H., «Raffaello e 'quell'antiqua architectura'», in: *Raffaello Architetto – C.L.Frommel et alli* (org.), Milão: Ellecta Editrice, 1984: 381-404; NESSELRATH, A., «Raffaello e lo studio dell'antico nel Rinascimento», in: *Raffaello Architetto – C. L. Frommel et alli* (org.), Milão: Ellecta Editrice, 1984: 405-408.

(4) Em português: JENKINS, K., *A História Repensada*, São Paulo: Editora Contexto, 2005.

(5) Em especial: FOUCAULT, M., *A ordem do discurso*, São Paulo: Edições Loyola, 1996; FOUCAULT, M., *Arqueologia do saber*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

(6) RAGO, M., «O efeito-Foucault na historiografia brasileira», in: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, S. P., 7(1-2), 1995: 67-82.

(7) SCHMITT, J-C., «A História dos Marginais», in: J. Le Goff (org) *A História Nova*, São Paulo: Martins Fontes, 2001: 261-289.

(8) MOMMSEN, T., *El mundo de los Cesares*, Madrid: Fondo de Cultura Económica, (1885/1983); FRIEDLÄNDER, L., *La sociedad romana – Historia de las costumbres en Roma, desde Augusto hasta los Antoninos*, Madrid: Fondo de la Cultura Económica, (1885/1947). Veja em especial pp. 497-519 e 546-606.

(9) CARCOPINO, J., *Roma no apogeu do Império*, São Paulo: Cia das Letras, 1990; GRIMAL, P., *A vida em Roma na Antiguidade*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1981; MANCIOLI, D., *Giochi e Spettacoli*, Roma: Edizioni Quasar, 1987; ROBERT, J-N., *Os prazeres de Roma*, São Paulo: Martins Fontes, 1995; POTTER, D. S et MATTINGLY, D. J. (orgs.), *Life, death and Entertainment in the Roman*, Michigan: The University of Michigan Press, 1999.

- (10) GRANT, M., *El Mundo Romano*, Madri: Ediciones Guadarrama, 1960; GRANT, M., *Gladiators*, Londres: The Trinity Press, 1967.
- (11) Para uma síntese desta discussão, cf. FAVERSANI, F., *A pobreza no Satyricon de Petrónio*, Ouro Preto: Editora UFOP, 1999.
- (12) STOREY, G. R., "Archaeology and Roman Society: Integrating Textual and Archaeological data", in: *Journal of Archaeological Research*, vol. 7, n.º 3, 1999: 203-248.
- (13) Para uma um comentário mais detalhado da importância das críticas de Storey, cf. GARRAFFONI, R. S., "Cultura material e fontes escritas: uma breve discussão sobre a utilização de diferentes categorias documentais em um estudo sobre as práticas cotidianas dos romanos de origem pobre", in: *LPH – Revista de História*, vol. 11, 2001: 33-57.
- (14) COURTNEY, P., "Historians and Archaeologists: an English perspective", in: *Historical Archaeology*, 41 (2), 2007: 34-45.
- (15) LAURENCE, R., "The uneasy dialogue between ancient History and Archaeology" in: *The cities of Vesuvius: Pompeii & Herculaneum – A special issue of Ancient History: resources for teachers*, MacGuare University, Sidney, 2005: pp. 99-111.
- (16) DOMMELEN, P. VAN, "Colonial constructs: colonialism and Archaeology in the Mediterranean", in: *World Achaology*, vol. 28 (3), 1997: 305-323.
- (17) FUNARI, P. P. A., "Cultura(s) dominante(s) e cultura(s) subalterna(s) em Pompéia: da vertical da cidade ao horizonte do possível" in: *Revista Brasileira de História*, 7, vol.13, 1986: 33-48; FUNARI, P. P. A., *La cultura popular en la Antigüedad Clásica*, Espanha: Editorial Gráficas Sol, 1989; FUNARI, P. P. A., "Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano", in: *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, IFCH/Unicamp, 1998: 7-34; FUNARI, P. P. A., "The consumption of olive oil in Roman Britain and the role of the army", in: P. Erdkamp (org) *The Roman Army and the Economy*, Amesterdão: J. C. Gieben, 2002: 235-263.
- (18) HORSFALL, N., *La Cultura della plebs romana*, Barcelona: PPU, 1996.